



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de 2 (dois) aparelhos de higienização e de 1 (um) aparelho de sanitização do ar, para a higienização e sanitização do acervo museológico do CMAB e Reserva Técnica.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Necessidade do TRE-SC em preservar e conservar o seu acervo museológico.

2.2. Objetivos e Benefícios

Garantir a preservação e conservação do acervo museológico e a memória histórica do Tribunal.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico 1 – Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais (OERS1)• ação estratégica 1 - garantir o acesso à informação e memória da Justiça Eleitoral;• ação estratégica 2 - garantir a acessibilidade a todos.
	<ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico 2 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade (OERS4)• ação estratégica 1 - preservar a memória institucional;• ação estratégica 2 - aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade;• ação estratégica 3 - realizar ações que promovam a cidadania.
PLS	<ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico 1 – Promover Contratações Sustentáveis• ação estratégica 1 - adquirir materiais e equipamentos elétricos com melhores classificações de eficiência energética;• ação estratégica 2 - usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza.• objetivo estratégico 2 – Estimular a Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho• ação estratégica 3 - adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro.
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico – Preservar e Valorizar a Memória Cultural da Justiça Eleitoral Catarinense• ação estratégica 1 - eliminar, ou reduzir, a ação dos agentes externos presentes no ar;• ação estratégica 2 - higienizar e purificar o ar do acervo museológico e do CMAB.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e o Estudo Técnico Preliminar encaminhados pela Coordenadoria de Gestão da Informação, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 18.189/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Aparelho de higienização	2	2
2	Aparelho de sanitização do ar	1	1

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Características do objeto:

Id.	Característica
1	Limpeza do ambiente, purificação do ar e aromatização do ambiente.
2	Eliminação dos germes presentes no ambiente.
3	Utilização de filtro de água.
4	Oxi-sanitização de ambientes, formado a partir de oxigênio.
5	Eliminação de odores, mesmo que impregnados.
6	Resultado imediato com liberação de ozônio no ambiente, capaz de chegar em locais onde a limpeza tradicional não chega.
7	Eliminação de Vírus e Bactérias.
8	Eliminação de Bolores e Leveduras.
9	Eliminação de Bactérias Heterotróficas.

Composição do objeto a ser contratado:

O aparelho para higienização do acervo deverá conter dispositivo separador de partículas capaz de fazer com que o pó e a sujeira aspirada sejam misturados à água e não voltem ao ambiente, tornando-se possível limpar profundamente todos os ambientes internos, eliminando até 99,99% dos ácaros, fungos e bactérias sem comprometer o acervo do TRE-SC. Deve ser acompanhado de acessórios de limpeza, tais como tubo telescópico; escova de pó; bocal de aspiração localizada; mangueira de sucção; vassoura de piso; bocal de sopro e aspiração. Deve ter capacidade de higienização de superfícies tais como pisos frios; estofados; azulejos; paredes; cortinas, teclados de computadores, telas e objetos delicados e aspirar líquidos.

O aparelho para sanitização do ar deverá basear-se em sistema de ação através de ozônio, preferencialmente elaborado com a mais avançada tecnologia disponível no mercado para sanitização efetiva de ambientes, cuja aplicação inative vírus e micro-organismos, bactérias, fungos, mofo e ácaros, além de eliminar odores, mesmo que impregnados, com resultado imediato propiciado pela liberação de ozônio no ambiente. Deve possuir laudo técnico.

Quanto à sustentabilidade, espera-se que os objetivos pretendidos também sejam atingidos com a aquisição de aparelhos produzidos com a mais avançada tecnologia disponível no mercado para



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

essa finalidade, já que não geram lixo, utilizam tecnologia limpa, usam pouca energia elétrica e água e, por conta da qualidade e confiabilidade dos equipamentos, poder-se-á estimar um custo de manutenção reduzido e tempo de vigência de uso ilimitado.

Fornecimento de aparelhos que atendam as seguintes características mínimas:

Item 1: Aparelho Higienizador

- ☐ Voltagem: 220 volts
 - ☐ Dimensões mínima e máxima (compr x larg x alt): 38x35x45cm (mínima); 50x50x50cm (máxima)
 - ☐ Sistema de filtragem: através da água, com filtro Hepa
 - ☐ Capacidade do reservatório de água: mínimo de 1,5l
 - ☐ Separador de partícula: Kevlar
 - ☐ Potência/consumo: mínimo de 500 watts e máximo de 1.500 watts
 - ☐ Capacidade de eliminação de ácaros, fungos e bactérias: mínimo de 99,9%
 - ☐ Capacidade de higienização de superfícies: mínimo 99%
 - ☐ Outras funcionalidades de limpeza: purificação do ar, combate ao mofo, aspiração de líquidos; limpeza à vácuo; limpeza de teclados de computadores, telas e objetos delicados.
 - ☐ Acessórios: tubo telescópico em aço inoxidável, bocal de aspiração localizada, escova de pó, bocal de sopro e aspiração; saco plástico para limpeza à vácuo; e bactericida
- **Quantidade: 02 (duas) unidades.**

Item 2: Aparelho Sanitizador

- ☐ Voltagem: 220 volts
 - ☐ Dimensões mínima e máxima (compr x larg x alt): 20x18x12cm (mínima); 50x50x50cm (máxima)
 - ☐ Sistema de ação: ozônio
 - ☐ Potência/consumo: mínimo de 125 watts e máximo de 150 watts
 - ☐ Controle de umidade: mínimo de aplicação de 15 minutos diários
 - ☐ Capacidade de eliminação do ar de ácaros, fungos, vírus e bactérias: mínimo de 99,9%
 - ☐ Capacidade de desempenho diário: mínimo de 150 m em 1 hora
 - ☐ Outras funcionalidades de sanitização do ar: eliminação de bolores e leveduras
- **Quantidade: 01 (uma) unidade**

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

O objeto pretendido não é tecnicamente divisível sem que haja prejuízo para o funcionamento da solução, não havendo condições, portanto, de parcelamento do objeto.

A adjudicação será por item.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, atendendo aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

2.12. Impacto Ambiental

Não foram identificadas características ou fatores geradores de impacto ao meio ambiente.

2.13. Conformidade Técnica

Os equipamentos devem ser fabricados conforme as normas técnicas vigentes, bem como possuir garantia e assistência técnica.

2.14. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Contratante

1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
2. Promover, através de seu representante, o titular da Seção de Arquivo do TRE-SC, ou seu substituto, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
3. Efetuar o recebimento definitivo em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

2.16. Obrigações da Contratada

1. Fornecer os materiais conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Edital;
2. Após recebido, o produto será conferido pelo setor competente, que atestará a regularidade do mesmo; se constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá substituí-lo no **prazo máximo de 10 (dez) dias**, contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC;
3. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem 2.16.2 não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
4. Em caso de substituição dos produtos conforme previsto no subitem 2.16.2 correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;
6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Conforme descrição contida no subitem 2.7.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Sistema EFA: EFA CLEANING SYSTEM e CLEAN AIR EFA.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido. Servem, portanto, apenas como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas. Assim, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares aos indicados, que detenham as especificações daqueles.

3.1.2. Códigos SIASG

Código 227625 do higienizador.

Pedido junto ao SIASG/SIDEC, realizado em 5 de julho de 2022, n. 464030 para o sanitizador.

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até a entrega definitiva dos produtos.

Florianópolis, 9 de setembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A empresa prestará treinamento na entrega dos produtos à Seção de Arquivo, a fim de instruir, repassar conhecimento e orientar as pessoas que ficarão responsáveis pelo seu uso e guarda. Este treinamento se aplica ao higienizador e ao sanitizador de ar.

A gestão do contrato será realizada pela chefia da Seção de Arquivo, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

Não se aplica.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Disponibilizar, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento do Contrato devidamente assinado, a entrega dos aparelhos à Seção de Arquivo do TRE-SC, localizada na Av. Beira-Mar de São José/SC, Esquina Rua Luiz Fagundes, 1º andar, Praia Comprida, 88103-500, São José/SC, no horário compreendido entre às 13 e 19 horas, de segunda a sexta-feira, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

Em até 5 (cinco) dias da data do recebimento, em data a ser marcada pela gestora do contrato, serão realizadas as orientações e demonstrações de utilização dos aparelhos aos usuários. Este treinamento se aplica ao higienizador e ao sanitizador de ar.

Durante o prazo de garantia dos aparelhos serão fornecidas orientações técnicas sobre a funcionalidade dos aparelhos.

1.3. Instrumentos Formais

Não se aplica.

1.4. Prazos de Garantia

Vigência da garantia dos aparelhos deve ser de 1 (um) ano nas peças e de 2 (dois) anos no motor, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRE-SC.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Caberá ao titular da chefia da Seção de Arquivo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a função de Gestor do Contrato.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- *Material / Serviço de pronta entrega:*

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do item em atraso;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do item em atraso;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido in albis o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.